

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Calma, gente	2
Título: Um perfil inédito para a Petrobras	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Quase totalmente na mão de chineses, CPFL estuda suas próximas aquisições	4
Título: Grupo ignora autoridades e demarca área	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Cemig financia museu de mãe de seu diretor	6
Título: Quase livre	7
Título: Indústria perde competitividade com alta da conta de luz	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Calma, gente**

A 5ª Vara Federal de Porto Alegre decidiu que a Agência Nacional de Petróleo tem de tirar o nome “Lula” do campo do petróleo descoberto pela Petrobras. A Justiça, veja só, considerou que a mudança do nome, de Tupi para Lula, em 2010, foi uma jogada política para favorecer o ex-presidente. A ANP vai recorrer.

50% estrangeiro

Do total da ordem de 1,6 milhão barris/dia da produção do pré-sal, metade já é de empresas privadas, como Shell, Petrogal e Repsol Sinopec. É resultado do modelo de parcerias que a Petrobras vem fazendo desde a abertura do mercado, em 1997.

Segue...

Os serviços de advocacia pagaram R\$ 4,3 bilhões, e a extração de minério de ferro arrecadou... R\$ 3,9 bilhões. Ou seja: advogado já paga mais imposto do que mineração, embora o Brasil seja uma potência mineral. A conta é do economista José Roberto Afonso.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Editorial****Autor:****Título: Um perfil inédito para a Petrobras**

Maior empresa brasileira, de envergadura com proporções gigantescas, mesmo em padrões mundiais, a Petrobras passa por importantes transformações, permitidas pelo afastamento do poder do nacional-populismo de Dilma e Lula, no impeachment da presidente, por crime de responsabilidade.

O tempo da nova administração, com Pedro Parente à frente, ministro chefe da Casa-Civil de Fernando Henrique Cardoso, é curto, porém os danos causados pelo lulopetismo na estatal foram tão sérios que apenas uma terapia profunda

evitaria que a empresa tivesse de ser socorrida pelo Tesouro, com o país em grave crise fiscal.

Deu certo. Sufocada pela maior dívida corporativa do mundo (meio trilhão de reais), a empresa passou a vender ativos — como aconselhava a sensatez. Há um programa de venda de US\$ 21 bilhões entre este e o ano que vem. Com Dilma-Lula, o BNDES repassaria recursos recebidos do Tesouro, que se endividaria para isso, numa ciranda cujo resultado seria o mesmo desarranjo fiscal que terminou sendo provocado por Dilma com seu “novo marco macro econômico”.

O Congresso aprovou mudanças estratégicas no modelo estatista, intervencionista de exigência de índices irreais de conteúdo nacional para equipamentos contratados pelos consórcios vencedores de rodadas de licitação. Isso voltou a atrair investidores estrangeiros.

Reviu-se a delirante regra que concedeu à Petrobras monopólio na operação no pré-sal e fixava a participação compulsória da estatal em 30% dos consórcios. Na distribuição e no refino, esboça-se uma revolução. A começar pela venda do controle da BR Distribuidora, símbolo da cultura estatizante. Criada ainda com Ernesto Geisel na presidência da Petrobras, a distribuidora surgiu para evitar, na marra, o crescimento da Shell e de qualquer outra empresa privada no ramo.

Esta operação, se concretizada, será um marco histórico da nova visão da empresa no mercado de combustíveis. É parte dessas mudanças a conexão dos preços internos aos externos, como em grandes e desenvolvidas economias. Daí, gasolina, diesel etc. estarem oscilando nas refinarias brasileiras.

Algo impensável nas últimas décadas. Esta regra simples teria impedido desastrosas intervenções nos preços dos combustíveis, para conter artificialmente a inflação. A torcida é para que Dilma Rousseff tenha sido o último exemplo. O alinhamento dos preços internos aos externos é essencial a fim de atrair interessados na BR e, para além disso, conseguir sócios no parque de refino — para sua modernização, na construção de novas unidades, no que for.

Até para a privatização da própria empresa, o ideal. Há uma chance de integração efetiva da Petrobras ao mundo, benéfica para o país e a companhia. São mudanças profundas em muito pouco tempo, e que mostram resultados na recuperação da companhia, com a volta de investidores. Tudo pode avançar ainda muito mais. Vai depender das urnas de 2018.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Quase totalmente na mão de chineses, CPFL estuda suas próximas aquisições**

Mercado Aberto

A CPFL poderá adquirir distribuidoras perto das que a empresa já tem e construir novos parques de geração, como de eólicas, e linhas de transmissão. Grandes hidrelétricas estão descartadas. "Olhamos tudo, mas não há nada concreto", diz André Dorf, presidente da empresa. O executivo dá como exemplo o interesse na compra da CEEE, companhia estatal do Rio Grande do Sul.

A CPFL tem dois terços do mercado do Estado e teria sinergias para incorporar o ativo — que não está à venda, mas o mercado especula que possa entrar em um pacote de privatizações. Distribuidoras no mercado, como as da Eletronorte, não atraem tanto. "Por dever de ofício, vamos avaliar, mas elas têm menos sinergia com nosso portfólio."

Em julho do ano passado, a chinesa State Grid comprou da Camargo Correa toda a sua participação vinculada ao bloco de controle da companhia sediada em Campinas. Na quinta (30), em uma operação em que os minoritários tiveram a oportunidade de vender suas ações nas mesmas condições dos acionistas majoritários, a State Grid ficou com quase 95% da empresa brasileira. Se a gigante asiática fizer novos aportes no país, será via CPFL, diz Dorf — a não ser que seja em grandes linhas de transmissão. Os planos de investimento, por enquanto, continuam os mesmos de antes da entrada dos chineses: R\$ 10 bilhões em cinco anos. A mudança do marco regulatório, que está em debate, deve influenciar os aportes.

"Tenho preocupação com a continuidade de iniciativas desse governo: a nova regulamentação, as questões emergenciais e a continuidade da equipe do ministério [o titular da pasta deve deixar o cargo, em razão de campanha eleitoral em Pernambuco]", diz. "Agora vamos ter a substituição de diretores da Aneel, que é um ponto de ansiedade para nós. O setor está em ebulição, é motor da economia. Preço de energia afeta decisão de investimento."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: FABIANO MAISONNAVE ENVIADO ESPECIAL A MONTANHA E MANGABAL (PA)****Título: Grupo ignora autoridades e demarca área**

Cansados de esperar ação do governo federal, índios e ribeirinhos percorrem a mata estabelecendo limite territorial

No Pará, líderes, acompanhados de guerreiros, confrontam garimpeiros; Incra promete delimitação

Na clareira aberta na floresta, a cerca de 200 km de Itaituba (PA), a cidade mais próxima, o líder comunitário Ageu Lobo tenta explicar aos garimpeiros por que a presença deles ali é ilegal. “Tem uma decisão judicial que proíbe esse tipo de atividade dentro de Montanha e Mangabal. Aqui é um assentamento agroextrativista”, diz Lobo a dois garimpeiros cabisbaixos, encostados em uma motobomba parada. Contrariado, um deles dá a entender que não aceita sair dali: “Aqui foi Deus que deixou pra nós. Ninguém nasceu com um palmo de terra nas costas. Mas Ele vai descer pra resolver, vamos ver quem é o poderoso aqui embaixo.” Não faltam casos de conflitos violentos envolvendo garimpeiros, mas o líder comunitário estava bem protegido. Durante cinco dias, um grupo de moradores do assentamento, apoiados por guerreiros indígenas, percorreu 17,5 km de floresta para fazer a “autodelimitação” do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Montanha e Mangabal.

Esta foi a segunda etapa da autodemarcação. Na primeira, em setembro, foram percorridos 18 km. A terceira e última fase, com cerca de 30 km, ficou para o início do ano que vem, completando um total de 68 km. A portaria de criação do PAE, onde há 101 famílias cadastradas, foi assinada em setembro de 2013, mas o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) até agora não fez sequer o ge-orreferenciamento dos 54,4 mil hectares, quase um terço do município de São Paulo. Sem isso, dizem os moradores, a área fica mais vulnerável a invasões, além de atrasar a implantação de projetos extrativistas, como manejo florestal e extração de palmito. Cansados de esperar o PAE sair do papel, os “beiradeiros”, assim chamados por morarem às margens do rio Tapajós, decidiram assumir a tarefa, marcando os limites do território por meio de placas improvisadas e de uma picada aberta ao longo da divisa. A iniciativa tem precedente. Em 2014, os vizinhos mundurucus afixaram placas nos limites da Terra Indígena Sawrê Muybu, do outro lado do rio Tapajós.

A área tem parecer favorável da Funai, mas o processo está parado. A autodemarcação no Tapajós tem atraído o interesse de lideranças de outras regiões da Amazônia, principalmente indígenas —pressionado pela bancada ruralista, o governo Michel Temer (PMDB) não demarcou nenhuma nova área,

mesmo as que estão em tramitação avançada. Um dos sete indígenas do rio Trombetas presentes, Jo-ventino Caxuiana, 55, viajou três dias de barco e de ônibus para acompanhar a autodemarcação. Com GPS, ele ia no grupo da frente para aprender a usar o equipamento. No ano que vem, ainda sem data, ele quer repetir a experiência na Terra Indígena Ca-xuiana-Tunaiana, de 2,2 milhões de hectares, no município de Oriximiná (norte do PA). A área foi delimitada por laudo da Funai, mas o processo também está paralisado em Brasília. “Em 1968, fomos levados pelos militares e pelos missionários para a fronteira com o Suriname”, explica Caxuiana. “No começo dos anos 2000, voltamos para retomar o nosso território sem o apoio de ninguém, e agora estamos nessa luta.”

HIDRELÉTRICAS

Estabelecidas há pelo menos 150 anos, segundo registros históricos, as comunidades de Montanha e Mangabal se espalham ao longo de uma faixa de 70 km do rio Tapajós. Para Lobo, cuja família mora ali há sete gerações, a autodemarcação tem três objetivos: inibir invasões de grileiros, garimpeiros e madeireiros, pressionar o Incra a implantar políticas públicas e marcar posição contra grandes projetos hidrelétricos no Tapajós. Nos últimos anos, os beiradeiros superaram desconfianças históricas com os mundurucus para combater as hidrelétricas, o grande inimigo em comum. Uma delas, São Luiz do Tapajós, é a maior usina em planejamento no país.

Orçada em R\$ 30,6bi, sua capacidade prevista seria suficiente para abastecer uma cidade de ao menos 8,5 milhões de pessoas. Em 2016, o Ibama suspendeu o licenciamento por causa de impactos “irreversíveis” aos mundurucus apontados em parecer da Funai, mas a Eletrobras apresentou recurso, ainda sem resposta. Com capacidade menor, o projeto da usina Jatobá fica dentro do território do assentamento. Pressionado, o superintendente regional do Incra, Mário da Silva Costa, realizou uma audiência pública no último dia 17. Ele se comprometeu a fazer o georreferenciamento, incluindo a instalação de marcos oficiais. Prometeu também recuperar a estrada de 22 km que liga a comunidade à Transamazônica. Mário é irmão do deputado federal Wladimir Costa (SD-PA), que ganhou projeção pela defesa ferrenha de Temer — chegou a fazer tatuagem em homenagem ao presidente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Cemig financia museu de mãe de seu diretor

Coluna do Estadão

A Cemig pagou R\$ 380 mil de patrocínio para o Museu do Brinquedo, em Belo Horizonte, que tem entre os sócios Maria Azevedo Meyer, mãe do diretor de Relações Institucionais e Comunicação da companhia, Thiago de Azevedo Camargo. O valor estava empenhado quando ele assumiu o cargo em outubro, mas não houve de sua parte objeção para liberação do recurso. O valor saiu da Gasmig, distribuidora mineira de gás natural um mês depois de Camargo assumir o cargo. Procurada pela Coluna, a Cemig decidiu não renovar mais o patrocínio.

» Com a palavra. Por meio de nota, Thiago Camargo diz que não participou da seleção do projeto nem aprovou o patrocínio para o museu. A Cemig informa que apoia anualmente a instituição desde 2008.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Sonia Racy

Título: Quase livre

Direto da fonte

Condenado na Lava Jato, o ex-gerente da Petrobrás Pedro Barusco – que assinou acordo de delação e devolveu à Justiça cerca de R\$ 200 milhões – depende de um OK de Sergio Moro para tirar sua tornozeleira eletrônica até o final de dezembro. “Não vemos nenhum impedimento para isso, já que ele cumpriu todos os termos do acordo de colaboração”, disse à coluna seu advogado, Antonio Figueiredo Basto. O pedido formal a Moro deve ser feito esta semana.

Quase livre 2

Outro colaborador, Nestor Cerveró, também da Petrobrás, deve passar ao regime semiaberto antes do fim do ano – vai poder trabalhar durante o dia. Entretanto, continua com a tornozeleira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Indústria perde competitividade com alta da conta de luz

De 2013 para cá, preço da energia, que representa mais de 40% dos custos de produção do setor, saltou quase 80%, para R\$ 387 o MWh

A escalada do preço da energia elétrica tem derrubado a competitividade da indústria brasileira. De 2013 para cá, a tarifa cobrada do setor subiu quase 80% (para R\$ 387,63 o megawatt/hora), num movimento que só havia sido verificado no pós-acionamento de 2001, segundo levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina). O resultado tem sido o fechamento de fábricas, como ocorreu no setor de alumínio, e a migração de unidades produtivas para outros países, a exemplo do vizinho Paraguai. Principal insumo usado por 79% das empresas, a eletricidade pode representar mais de 40% dos custos de produção, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Ou seja, qualquer movimento nas tarifas tem forte impacto na competitividade tanto daquelas empresas que exportam como das indústrias voltadas apenas para o mercado doméstico, que concorrem com o produto importado. O setor de alumínio é um exemplo de como o preço da energia sufoca a indústria. Em 2001, o peso do insumo representava 26,7% do custo total de produção de alumínio primário. No ano passado, esse percentual tinha saltado para 70%, segundo a Abal, associação que representa o segmento. Com a pressão de custos, cinco plantas encerraram as atividades, reduzindo a participação do setor na economia.

Esse cenário reduziu a produção nacional pela metade, de 1,75 milhão em 2007 para 800 mil toneladas este ano. “O que mais pesou para esse resultado foi o preço da energia. Se fôssemos competitivos, continuaríamos produzindo, como outras nações fizeram”, diz o presidente da Abal, Milton Rego. Desde 2009, o País caiu do 6.º para o 10.º lugar no ranking mundial de produção de alumínio primário. Para entender como a situação chegou nesse ponto, basta comparar a evolução dos preços da energia com a inflação. De acordo com os dados do Ilumina, de 1995 (quando começaram as privatizações) até agora, as tarifas tiveram aumento real da ordem de 131%. Se outras variáveis não interferissem no preço, a tarifa estaria hoje em R\$ 174 o MWh. Mas, nos últimos anos, a tarifa virou um varal para pendurar vários tipos de encargos e despesas. Além disso, as chuvas abaixo da média obrigaram o País a usar térmicas caras para compensar a queda no nível dos reservatórios. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, afirma que o avanço do preço da energia é resultado de dois movimentos: um é conjuntural, explicado pelo estresse hídrico que esvaziou os reservatórios desde 2012; o outro é estrutural e inclui um excesso de encargos que já chega a R\$ 16 bilhões e pode explodir no futuro. “Estamos trabalhando para reduzir isso, mas não há mágica.

Já fizeram muita mágica nos últimos anos, que voltou como um boomerang no setor”, afirma ele, referindo-se à MP 579, editada em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff para reduzir o preço da energia, mas que teve efeito inverso. Enquanto as medidas não chegam, as empresas estão apreensivas. O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, afirma que cálculos apontam

para aumentos da ordem de 25% a 30% no ano que vem por causa do risco hidrológico. “Mesmo que o índice de chuva fique dentro da média, os reservatórios não serão totalmente recuperados.” O problema será se a demanda voltar a crescer por causa da retomada da economia, diz o executivo. “É um cenário complicado, semelhante ao de 2000 (no pré-acionamento).” Esse cenário negativo, com imprevisibilidade em relação aos preços, mexe de forma significativa no plano de negócios das empresas.

Muitas delas, no entanto, já adotaram estratégias radicais de transferir a produção para outros países. Um exemplo é o Paraguai, que tem recebido investimento de empresas brasileiras em busca de custos mais baixos, sendo o principal deles a energia. Entre as empresas que estão investindo no País vizinho estão Riachuelo e a produtora de ferro-liga mineira Granha Ligas. No segundo caso, a empresa fez uma joint venture com a Saint Gobain. Vale lembrar que a energia elétrica do Paraguai é produzida pela hidrelétrica Itaipu Binacional, cuja maioria da energia é vendida no Brasil. “Hoje a tarifa média do País deve estar entre as 5 ou 6 maiores do mundo”, diz Santana. Nos Estados Unidos, o preço da energia (com impostos) é da ordem de US\$ 69; no México, US\$ 82; e no Canadá, US\$ 78. No Brasil, a tarifa é de US\$ 124, sem imposto (ou cerca de US\$ 164, com impostos). “Precisamos desarmar o setor, que é cheio de subsídios”, diz Pedrosa.

Escalada de preços incentivou migração para mercado livre

O aumento das tarifas provocou uma forte migração do chamado mercado cativo (aquele atendido pelas distribuidoras) para o mercado livre, onde o consumidor negocia diretamente com o gerador o contrato de energia. Até meados de 2015, eram 1.800 consumidores livres. Esse número saltou para mais de 5 mil neste ano, afirma o presidente da comercializadora de energia Comerc, Cristopher Vlavianos. Com isso, a participação desse mercado no País subiu de 26% para 30% de todo o sistema. “Com a pressão sobre a tarifa regulada, o mercado livre se tornou muito atraente para a indústria”, disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Nos últimos meses, porém, o movimento de migração arrefeceu.

O motivo foi o aumento no preço do mercado à vista, que em outubro atingiu o limite de R\$ 533,82 o megawatt/hora (MWh). Os preços desse mercado são voláteis e sensíveis à hidrologia. Em períodos sem chuvas o preço sobe. Em novembro, com o início do período chuvoso e ligeira melhora nos níveis dos reservatórios, os preços recuaram para R\$ 208 o MWh. Neste início de mês, no entanto, subiram para R\$ 220. Ou seja, a indústria não tem para onde correr. No mercado livre ou no regulado, os preços estão em alta.

MME / ASCOM .